

ESTUDO DE CASO – ENG. DE SOFTWARE

Uma prefeitura de médio porte no Brasil contratou uma empresa para desenvolver um sistema de gestão escolar. O sistema armazena dados como nome completo, endereço, CPF, informações médicas e familiares dos alunos. No entanto, os dados são salvos sem criptografia e qualquer funcionário com acesso ao sistema pode visualizar tudo. Além disso, a prefeitura começa a usar esses dados para outros programas públicos, sem informar as famílias nem obter consentimento. Um dos engenheiros de software percebe o problema e tenta alertar seus superiores, mas é ignorado. A empresa está mais preocupada em entregar o sistema rápido e barato.

Esse engenheiro agora se vê em um dilema: seguir com o trabalho mesmo sabendo dos riscos, ou denunciar a situação e se arriscar a perder o emprego.

ATIVIDADE

- 1) Qual é o principal problema ético apresentado neste caso?

A problemática deste assunto refere-se à manipulação de informações sem o consentimento dos usuários, posicionando-os em risco em relação a segurança e privacidade de seus dados.

- 2) A prefeitura e a empresa violam a LGPD? Justifique com base pelo menos dois pontos da lei.

Sim, tanto a prefeitura, quanto a organização, violaram os termos cabíveis da Lei Geral da Proteção de Dados (LGPD) em diferentes meios. A lei esclarece a forma em que os dados devem ser coletados, armazenados e manipulados, independentemente de seus usuários. Os artigos que reforçam tais compromissos com a lei são:

“Art. 7º O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses”

“Art. 42. O controlador ou o operador que, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais, causar a outrem dano patrimonial, moral, individual ou coletivo, em violação à legislação de proteção de dados

peçoais, é obrigado a repará-lo”.

- 3) O que o engenheiro poderia fazer diante desse dilema? Quais seriam as possíveis consequências de cada escolha?

Sob este cenário, o profissional se encontra em uma situação complexa, do qual sua ética é colocada sob julgamento e suas necessidades afloram de acordo com sua posição. Contudo, neste caso, possuímos apenas duas opções:

1º - O profissional se revolta contra o movimento da empresa, priorizando a ética da engenharia e a privacidade dos dados de usuários. Esta opção pode acarretar numa provável denúncia aos órgãos competentes e uma possível demissão. Entretanto, possibilita o desenvolvimento de um novo sistema, preservando a existência das informações e reafirmando o comprometimento com segurança de dados.

2º - O profissional omite expor a irregularidade, dando continuidade ao processo de violação dos termos relacionados a LGPD. A extensa continuação dessa atividade reafirma a falta de responsabilidade da organização em relação a ética profissional.

- 4) Você acha que os interesses da empresa justificam os riscos à privacidade dos alunos? Por quê?

Não, os interesses da organização não deveriam se sobrepor sobre a proteção de informações dos usuários. Pois a privacidade dos dados é um direito garantido pela LGPD, do qual é responsável pela preservação e utilização, independentemente da finalidade dessas informações.

- 5) Como a ética profissional e o código da ACM / IEEE ajudaria esse engenheiro a tomar uma decisão?

A ética profissional orienta que o engenheiro tem o dever de proteger o público, garantir a privacidade, a segurança e o bem-estar das pessoas afetadas pelo software que ele desenvolve. Isso significa que ele não deve se omitir quando percebe práticas que colocam os usuários em risco, mesmo que isso contrarie interesses da empresa ou represente uma dificuldade pessoal.

- 6) Se você fosse o profissional, qual decisão você teria? Explique.

Após observar a situação geral do estudo e desenvolver um pensamento crítico sobre o assunto abordado. Suponhamos que, caso se eu fosse o protagonista deste cenário, seria correto me posicionar contra a irregularidade presente da organização e desenvolver um novo sistema que assegure o compartilhamento de dados desses usuários e criptografe estas informações.

Resumidamente, articularia tais ideias com os superiores da organização e da prefeitura, apresentando os riscos técnicos e éticos que esta abordagem gera. Destacando, também, os artigos presentes na LGPD e a implementação de medidas de segurança, de acordo com os princípios éticos da engenharia de software.